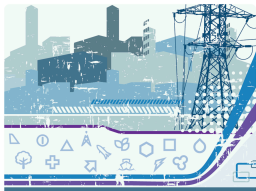


**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

Secretaria-Executiva - SEXEC

Departamento de Fundos e Investimento - DFIN

Coordenação-Geral de Governança de Fundos - CGGF

**FNDCT**
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e TecnológicoMINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO**ATA DA 48ª REUNIÃO - 1ª EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO SETORIAL DE INFRAESTRUTURA - CT-INFRA EXERCÍCIO DE 2025**

Endereço: Sala dos Conselhos, 5º Andar, Edifício Sede do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, Bloco E, Esplanada dos Ministérios.

https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YWVjYmEzNDQtZDAyNy00YmRhLTlkYzEtZDNiMzBiNTFiMzE1%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22bea6516b-68f0-4b48-8d01-bd769a13f065%22%2c%22Oid%22%3a%22cd12fb4f-c86c-4bb2-b5ba-d417bdfcb9f4%22%7d

Data: 09 de abril de 2025

Membros presentes:

1. LUIS MANUEL REBELO FERNANDES, representante do MCTI, que o presidiu;
2. ADILSON SANTANA DE CARVALHO, representante do MEC; (remotamente)
3. CARLOS ALBERTO ARAGÃO, representante da Finep;
4. DENISE PIRES DE CARVALHO, representante da CAPES; (remotamente)
5. WANDERLEY DE SOUZA, representante da SBPC.

Demais participantes:

1. Andrea Totis – Financiadora de Estudos e Projetos – Finep (remotamente);
2. Mariana Marques Vidal – CGGF/DFIN/SEXEC/MCTI;
3. Tatiana Maranhão - CGGF/DFIN/SEXEC/MCTI;
4. Lilian Peters - CGGF/DFIN/SEXEC/MCTI (remotamente);
5. Elenice Carvalho - CGGF/DFIN/SEXEC/MCTI (remotamente);
6. Marcia Godoi - CGGF/DFIN/SEXEC/MCTI (remotamente);
7. Geisiane Nóbrega – CGGF/DFIN/SEXEC/MCTI (remotamente);
8. Pedro Henrique Ferreira - CGGF/DFIN/SEXEC/MCTI (remotamente).

Pauta:

1. Sugestão para revisão dos programas do FNDCT;
2. Apresentação e deliberação sobre recursos disponíveis para investimentos do CT.

1. Abertura da reunião, contextualização da LOA e Reajuste no calendário do FNDCT

O Sr. Luis Fernandes deu início à reunião cumprimentando a todos. Explicou que, embora a Lei Orçamentária Anual (LOA) já tenha sido aprovada, ela ainda não havia sido sancionada, o que impede qualquer deliberação sobre os recursos. Por essa razão, informou que o foco dessa primeira rodada de reuniões dos Comitês Gestores se concentra na revisão dos programas e de seus respectivos Termos de

Referência. Ficou acordado que, após a sanção, haverá uma segunda rodada de reuniões, entre os dias 22 e 30 de abril, voltada à deliberação sobre a alocação dos recursos, e a próxima reunião do CT-Infra será no dia 29 de abril, quando serão apresentados os resultados da execução do programa. Ressaltou que, em virtude desse atraso na sanção da LOA, a reunião do Conselho Diretor, também foi adiada para 28 de maio, a fim de garantir tempo hábil para consolidação das sugestões e indicações dos Comitês Gestores.

2. Execução orçamentária e financeira.

O Sr. Luis Fernandes destacou como um avanço a decisão do Conselho Diretor, tomada em outubro de 2024, de duplicar o atendimento dos editais de alguns Programas, como o Pró-Infra, o Pró-Amazônia e o Identidade Brasil, o que permitiu uma execução orçamentária e financeira mais linear desde o início deste ano. Informou que, embora ainda haja limitações, como a impossibilidade de empenhar recursos de capital na ausência da LOA sancionada, a execução já se mostra melhor do que nos anos anteriores.

3. Subestimação do orçamento do FNDCT

O Sr. Luis Fernandes antecipou um ponto importante, ainda que pendente de confirmação com a sanção da LOA: o orçamento subestimado do FNDCT. Explicou que a LOA aprovada projeta R\$ 14,7 bilhões, divididos igualmente entre ações reembolsáveis e não reembolsáveis. No entanto, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) enviado em agosto de 2024 previa uma arrecadação de R\$ 20,6 bilhões, sem considerar a Desvinculação de Receitas da União (DRU), que ainda não havia sido renovada à época. Com a renovação da DRU no final de 2024, foi aplicada a desvinculação de 30% sobre os R\$ 20,6 bilhões, resultando nos R\$ 14,7 bilhões aprovados. Destacou que, em 2024, mesmo com a DRU, a arrecadação foi de R\$ 16,7 bilhões, já superando a projeção da LOA para 2025. Somente nos meses de janeiro e fevereiro de 2025, a arrecadação já alcançou R\$ 3 bilhões, projetando, de forma linear, algo entre R\$ 18 e R\$ 19 bilhões até o fim do ano. Com isso, considerou que esse apontamento reforça o argumento de que a arrecadação real será maior do que a prevista.

4. Alerta sobre riscos na arrecadação da CIDE.

O Sr. Wanderley de Souza trouxe uma preocupação relevante, mencionando uma recente fala do economista Armínio Fraga. Segundo ele, há risco de queda na arrecadação de fundos como o FNDCT, especialmente os vinculados à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), devido às tensões comerciais internacionais. O presidente dos EUA, Donald Trump, teria deflagrado medidas que afetam diretamente o comércio internacional e os royalties sobre tecnologia importada — principal fonte de arrecadação do FNDCT. Alertou que isso poderia impactar negativamente na arrecadação futura e, eventualmente, ser utilizado como argumento contrário a qualquer tentativa de recomposição orçamentária.

5. Possibilidade de recomposição orçamentária em 2025.

O Sr. Luis Fernandes reconheceu que o alerta é pertinente e que precisa ser considerado, especialmente por ter sido posterior ao diálogo já mantido com o Ministro Fernando Haddad sobre a subestimação da arrecadação. Sobre este assunto, o Ministro da Fazenda afirmou que haverá uma nova revisão bimestral da receita em maio, com base nos dados de arrecadação de março e abril. A intenção é utilizar essa revisão para propor a recomposição do orçamento do FNDCT ainda em 2025. No entanto, agora será necessário fazer um exame mais detalhado sobre as possíveis áreas de refluxo, especialmente na arrecadação da CIDE, cuja projeção é feita pela Receita Federal. Para a reunião do dia 29, informou que os parâmetros de discussão serão baseados no valor aprovado de R\$ 14,7 bilhões, com a expectativa de possível acréscimo de até R\$ 3 bilhões, conforme o desempenho da arrecadação.

6. Inclusão de novos programas no PAI

O Sr. Luis Fernandes informou que na reunião do Conselho Diretor realizada em dezembro foi dada continuidade à revisão dos programas do FNDCT e que houve a indicação de dois novos programas para avaliação e deliberação posterior. O primeiro deles, já esperado, trata da incorporação das ações do Plano Nacional de Inteligência Artificial (PBIA) ao Plano Anual de Investimentos (PAI) do FNDCT, abrangendo atividades que ainda não estavam cobertas por programas em execução. O segundo, o 12º programa, refere-se ao monitoramento e enfrentamento de crises climáticas cuja criação foi fortemente motivada pela crise vivida no Rio Grande do Sul e pela compreensão de que eventos climáticos extremos serão recorrentes.

7. Propostas para fortalecimento da infraestrutura científica

O Sr. Wanderley de Souza apresentou algumas sugestões para fortalecer a infraestrutura científica nacional com base em visitas técnicas a universidades e centros de pesquisa. Destacam-se: a proposta de um estudo técnico nacional para identificar áreas críticas e orientar editais mais direcionados, indo além da demanda espontânea; a criação de um programa de recuperação de equipamentos científicos, retomando modelos como o SOS Equipamentos, via CNPq, Finep ou em parceria com FAPs; a necessidade de um programa específico para a Amazônia, com foco em infraestrutura voltada à biodiversidade e pesquisa farmacológica; a revisão do modelo atual de editais, dividindo recursos entre chamadas amplas e outras orientadas por prioridades estratégicas; o incentivo à cooperação internacional para uso compartilhado de equipamentos e desenvolvimento de tecnologias, como microscópios eletrônicos, por meio de encomendas públicas e parcerias com centros estrangeiros.

O Sr. Carlos Aragão destacou que várias das ideias propostas já vêm sendo implementadas, como o lançamento de editais de recuperação e centros temáticos, com grande adesão e ampliação de recursos. A intenção é torná-los anuais, com base na demanda qualificada. Também foram mencionadas iniciativas para viabilizar a manutenção de equipamentos, por meio de parcerias com FAPs, especialmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Há a intenção de ampliar a cooperação internacional, com apoio a projetos como o BINGO e produção nacional de equipamentos. Por fim, reforçou-se a necessidade de um estudo técnico nacional, liderado pela Finep, para mapear deficiências de infraestrutura e orientar melhor os investimentos futuros, incluindo a Amazônia.

8. Encaminhamento das contribuições e encerramento.

O Sr. Luis Fernandes reforçou que o foco da reunião é a coleta de sugestões e recomendações para subsidiar a revisão dos Termos de Referência dos Programas do FNDCT, cuja alocação de recursos será definida na reunião do CT-Infra do dia 29 de abril, e solicitou que as contribuições fossem enviadas ao mesmo e-mail da convocação, tendo a Sra. Mariana Vidal como ponto de contato. As propostas foram consideradas excelentes. Por fim, agradeceu a participação e colaboração de todos e finalizou a reunião.

LUIS MANUEL REBELO FERNANDES

Presidente do Comitê Gestor do Fundo Setorial de Infraestrutura - CT-INFRA



Documento assinado eletronicamente por **Luis Manuel Rebelo Fernandes, Secretário-Executivo**, em 23/05/2025, às 12:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12819628** e o código CRC **499CA639**.